



CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

www.cesp.com.br

Mensagem de Administração

Evolução da Energia Natural Afluente (ENA) do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela Auren Energia S.A. (anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A.) e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A., resultado da parceria da Votaramim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments"). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

Em função da reorganização societária anunciada em 18 de outubro de 2021 pelos seus acionistas controladores, a partir de 25 de março de 2022, a CESP passou a ser subsidiária integral da Auren e passou a deter registro de companhia aberta categoria "B".

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão da usina de geração hidrelétrica da UHE Porto Primavera (produção independente de energia) com um total de 14 unidades geradoras, 1.540 MW de potência e 887 MW médios de garantia física de energia.

A usina está instalada na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo.

Ainda, a Companhia opera a UHE Paratubuna sob regime de cotas, desde o encerramento da concessão em 05 de maio de 2022.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Atualmente como subsidiária integral da Auren, a Companhia segue as políticas de Governança Corporativa da mesma.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A companhia possui a concessão da usina hidrelétrica de Porto Primavera.

Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Geração de Energia (MW médio)					
		4T23	4T22	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
1.540,0	886,8	982,3	922,6	19,4%	922,4	771,0	19,6%

UHE Porto Primavera 1.540,0 886,8 982,3 922,6 19,4% 922,4 771,0 19,6% A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 982,3 MW médios no 4T23, 19,4% a mais do que no 4T22 (922,6 MW médios), devido a priorização do despacho hidrelétrico em virtude do cenário hidrológico favorável e do elevado nível dos reservatórios do SIN. Além disso, cabe destacar a contribuição adicional para o aumento da geração hidrelétrica relacionada ao aumento do consumo de energia elétrica, no último trimestre do ano, associado às elevadas temperaturas.

Em relação à produção em 2023, a UHE Porto Primavera gerou 922,4 MW médios, que representa um valor 19,6% superior ao ano de 2022 (771,0 MW médios), devido à melhor disponibilidade histórica registrada, em especial ao longo do primeiro semestre de 2023, que apresentou vazões acima das médias históricas em razão dos elevados níveis de precipitação observados.

Vazões Médias (m³/s)	2023	2022	Var. (%)
Vazão Turbinada¹	5.325	4.267	24,8%
Vazão Vertida²	1.036	4	N.M.³
Vazão Defluente total³	6.361	4.271	48,9%

O valor acumulado do ano de 2023 apresenta-se próximo à média histórica (93%) e superior em 11 p.p. ao valor verificado no mesmo período de 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado	Consolidado				Controladora				
	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022

Demonstração do Resultado Abrangente

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado líquido dos efeitos tributários

Total do resultado abrangente do exercício

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa

Depreciação e amortização

Alteração de caixa e equivalentes de caixa

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Balancete Patrimonial

Ativo	Consolidado				Controladora			
	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	

Balancete Patrimonial

Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado				Controladora			
	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	

Balancete Patrimonial

Demonstração do Resultado	Consolidado				Controladora			
	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	

Balancete Patrimonial

Demonstração do Resultado	Consolidado				Controladora			
	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	

Demonstração do Resultado Abrangente

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado líquido dos efeitos tributários

Total do resultado abrangente do exercício

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa

Depreciação e amortização

Alteração de caixa e equivalentes de caixa

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização

relação aos R\$2.255,4 milhões em 2022, majoritariamente decorrente da cessão dos contratos de compra e venda de energia à Auren Comercializadora de Energia Ltda. (subsidiária integral da sua controladora Auren Energia), como parte da estratégia de reestruturação da comercialização de energia implementada pela Auren Energia ao final de 2022, que passou a centralizar a venda de energia aos clientes finais na sua investida Auren Comercializadora, combinado com o encerramento de contratos wholesale, parcialmente compensados pela entrada de novos contratos e por reajustes de inflação, que resultou em um aumento no preço médio de contratos do ACR.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Causa dos custos operacionais foi o aumento de R\$ 772,0 milhões em 2023, frente a R\$ 1.282,9 milhões registrados em 2022, uma variação de R\$ 510,9 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a:

- **Custo de compra de energia:** redução de R\$ 669,3 milhões em energia comprada em relação a 2022, devido ao encerramento de contratos de compra de energia para cobertura de exposição *short* à cessão de contratos à Auren Comercializadora;
- **Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$ 12,0 milhões em relação ao exercício de 2022, explicado pelo reajuste das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão pela geração (TUSTG);
- **Provisão de impairment:** Em 2023 a avaliação de *impairment* sobre os ativos imobilizados da Companhia não resultou em impacto contábil, gerando um efeito negativo quando comparado ao ano anterior, devido à reversão de provisão reconhecida em 2022, no valor de R\$230,9 milhões;
- **Reversão de provisão para litígios:** a Companhia registrou reversão de provisão de R\$137,7 milhões em 2023, R\$ 77,7 milhões a mais comparado com a reversão total de R\$ 60,0 milhões de 2022, principalmente em função dos acordos ocorridos ao longo de 2023, com destaque para a homologação da Ação Civil Pública de pescadores;
- **Ganho na migração benefícios pós-emprego:** em 2022 foi registrado um efeito positivo de R\$20 milhões no resultado, fruto da conclusão do processo de migração parcial dos planos de benefício definido para plano de contribuição definida, como parte da estratégia de mitigação dos riscos atuariais.

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício de 2023, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 40,0 milhões, versus receita de R\$ 1.784,2 milhões em 2022, principalmente devido a:

- **Recargas financeiras:** redução de R\$ 1.863,5 milhões ou 73,8%, explicada, principalmente, pelo efeito do reconhecimento, no exercício de 2022, da atualização monetária sobre o ativo sujeito à indenização da UHE Três Irmãos, na cifra de R\$ 2.421,6 milhões e do reconhecimento do PIS/COFINS sobre o resultado financeiro relativo à tributação sobre a indenização, ocorrido no exercício 2023, que totalizou R\$ 124,8 milhões;
- **Despesas financeiras:** redução de R\$ 1.784,2 milhões ou 5,3% em relação a 2022, explicado, principalmente, pela menor atualização monetária sobre a provisão de litígios associada a redução do saldo do passivo em função dos acordos judiciais celebrados durante do exercício de 2023.

RESULTADO LÍQUIDO

O prejuízo de 2023 foi de R\$449,3 milhões, contra um lucro de R\$2.446,6 milhões em 2022 explicado pelas principais variações mencionadas anteriormente.

AUDITORES

A Companhia esclarece que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestou além de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, serviços de diligência no processo de avaliação de investimentos do qual a Companhia participou durante o ano. O valor total pago por esses serviços foi de R\$ 1,0 milhão. Para fins destas demonstrações, não foram identificados aspectos que judessem conflitar com os trabalhos de auditoria externa em razão do conflito de interesses e/ou perda de independência ou objetividade dos auditores, dada a natureza do mesmo de consultoria no processo de avaliação de empresas para potencial aquisição pela Companhia.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* continuação

CESP - Companhia Energética de São Paulo - CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

Notas Explicativas

ceiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). **2.4 Consolidação:** A Companhia consolida

todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ao tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. **(a) Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. As controladas são aquelas cujas demonstrações financeiras entre controladas da Companhia são eliminadas. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(f) O montante total de juros sobre empréstimos e financiamentos, relativo ao exercício findo 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 125.090. Desse total, o montante de R\$ 1.962 foi capitalizado ao imobilizado em construção.

7. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva
Política contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.
7.1 Composição:

	2023		2022	
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante
Comercialização CESP Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%
Geração solar Jaiba V Holding S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba N02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%
SF401 Participações Societárias S.A.	100%	100%	100%	100%
SF648 Participações Societárias S.A.	100%	100%	100%	100%

2.5 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia. **Alterações no CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro":** A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração ao CPC 32/IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou um passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. **(b) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2023:** A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis. (i) CPC 50 - Contratos de seguros - Adoção inicial; (ii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis - Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis; (iii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis; (iv) CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover guidance para situações que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. **(c) Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período contábil; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidênciação	Eslarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board ("ISSB") - IFRS S1 e IFRS S2: Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023 ("Resolução 193"), a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2: (i) IFRS S1 (*General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativas relacionados a sustentabilidade; (ii) IFRS S2 (*Climate-related Disclosures*) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da Task Force on Climate-related Disclosures ("TCFD") e métricas derivadas dos padrões SASB; referem-se as aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

Pronunciamentos	Principais aspectos
IFRS S1	Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos.
IFRS S2	Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticas, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição.

As organizações poderão adotar a divulgação em caráter voluntário a partir de janeiro de 2024. A Administração da Companhia e suas controladas realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre impactos, bem como as ações necessárias para atender às novas circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

3. Estimativas e julgamentos contábeis e críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatos e serviços providos a clientes no valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia da Companhia e sua controlada são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao ratio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a utilização líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético. A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica: **Contratos bilaterais:** representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre. **Contratos wholesale** representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física da Companhia. **Operações de trading:** representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da compra de energia a mercado. **Contratos bilaterais:** representados por contratos de venda de energia firmados nos leilões do ambiente regulado. **Energia de curto prazo - CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). **Receita líquida e energia vendida:**

Nota explicativa	Conta contábil
11	Imobilizado
12	Intangível
14	Imposto de renda e contribuição social diferidos
16	UBP - Uso do bem público
17	Obrigações socioambientais
18	Benefícios pós-emprego
19	Provisão para litígios

4. Receita
Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminação das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia e sua controlada CESP Comercializadora seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia da Companhia e sua controlada são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao ratio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a utilização líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético. A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica: **Contratos bilaterais:** representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre. **Contratos wholesale** representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física da Companhia. **Operações de trading:** representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da compra de energia a mercado. **Contratos bilaterais:** representados por contratos de venda de energia firmados nos leilões do ambiente regulado. **Energia de curto prazo - CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). **Receita líquida e energia vendida:**

	2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos wholesale (i)	1.387.732	399.931	6.236.884	1.558.758
Partes relacionadas (Nota 20)	4.565.614	537.704	1.841.375	185.208
Operações de trading	---	---	967.972	215.885
Contratos regulados	2.014.800	613.584	2.017.255	572.162
Energia de curto prazo - CCEE	---	31.759	---	32.162
	7.968.146	1.572.978	11.063.486	2.564.175
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	---	32.584	---	18.850
Outras receitas	---	4.183	---	4.798
	7.968.146	1.609.745	11.063.486	2.587.923

	2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	---	(148.843)	---	(236.397)
ICMS sobre receitas operacionais	---	(144)	---	(31.959)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	---	(52.174)	---	(40.043)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	---	(12.679)	---	(17.110)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	---	(5.927)	---	(5.435)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	---	---	---	(1.321)
Imposto sobre serviços - ISS	---	(209)	---	(205)
	---	(219.976)	---	(332.470)

Receita líquida		2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil	R\$ Mil
	7.968.146	1.389.769	11.063.486	2.255.353	

	2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos wholesale	1.387.732	392.912	3.111.761	705.693
Partes relacionadas (Nota 20)	3.872.222	404.199	2.588.957	635.832
Contratos regulados	2.014.800	613.584	2.017.255	572.097
Energia de curto prazo - CCEE	---	31.820	---	22.288
	7.274.754	1.442.515	7.717.973	1.935.910
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	---	32.584	---	18.850
Outras receitas	---	4.182	---	4.865
	7.274.754	1.479.281	7.717.973	1.959.625

	2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	---	(136.759)	---	(180.315)
ICMS sobre receitas operacionais	---	(314)	---	(10.055)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	---	(52.174)	---	(40.043)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	---	(12.679)	---	(17.110)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	---	(5.927)	---	(5.435)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	---	---	---	(1.321)
Imposto sobre serviços - ISS	---	(209)	---	(205)
	---	(208.062)	---	(254.484)

Receita líquida		2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil	R\$ Mil
	7.274.754	1.271.219	7.717.973	1.705.141	

(*) MWh Megawatt-hora - não auditado.

(f) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados.

5. Custos e despesas

	2023		2022	
	Custo com energia elétrica operação	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais (despesas líquidas)
Energia comprada	(161.853)	---	---	(161.853)
Encargos de uso de rede elétrica	(221.533)	---	---	(221.533)
Depreciação e amortização	(387.637)	(2.774)	---	(390.411)
Pessoal	(22.698)	(36.817)	---	(59.515)
Materiais	(2.499)	(728)	---	(3.227)
Materiais	(2.499)	(728)	---	(3.227)

	Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais (despesas líquidas)	
	Custo com energia elétrica operação	Custo com operação	Total	Total
Serviços				
Serviços de terceiros	---	(22.409)	(35.465)	(57.874)
Serviços de manutenção e conservação	---	(17.690)	(34.974)	(52.664)
Outros	---	(4.348)	(10.534)	(14.882)
Alugueis	---	(1.088)	(194)	(1.282)
Seguros	---	(4.051)	(935)	(4.986)
Impostos, taxas e contribuições	---	(514)	(1.266)	(1.780)
Outras despesas	---	(2.746)	(5.023)	(7.769)
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis pela União	---	---	---	---
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios (i)	---	---	137.655	137.655
Benefício pós-emprego	---	---	---	(87)
Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---	---	7.280	7.280
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---	---	7.280	7.280
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---	---	7.280	7.280
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---	---	7.280	7.280
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---	---	7.280	7.280
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---	---	7.280	7.280
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---	---	7.280	7.280
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - terrenos	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativos indenzáveis - canal e eclusa	---	---	---	---
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	---	---	---	---
Reversão (provisão) para litígios Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	---	---	---	---
Recuperação de tributos	---	---	2.201	2.201
Provisão para obrigações socioambientais	---	---	---	---
Ganho na venda de ativo imobilizado	---	---	---	---
Ganho no balanço	---</			

* continuação

Companhia detinha a concessão à época resultou em um aumento no ativo imobilizado, porém individualmente para UHE Porto Primavera o resultado foi uma redução em seu respectivo ativo imobilizado. Com o fim das demais concessões, o saldo remanescente é, substancialmente, o saldo da UHE Porto Primavera de R\$ 821.546 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 857.179 em 31 de dezembro de 2022), que será realizado pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos, e cuja movimentação foi a seguinte:

Consolidado e controladora
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2009: 3.553.278 (1.208.115) 2.345.163
Realizações acumuladas: (4.852.033) 1.649.691 (3.202.342)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022: (1.298.755) 441.576 (857.179)
Realização no exercício (depreciação): 53.989 (18.356) 35.633
Saldo final em 31 de dezembro de 2023: (1.244.766) 423.220 (821.546)

11.3 Teste de ativos imobilizado e intangível para verificação de impairment. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos: a) Premissas utilizadas no teste de impairment: O valor recuperável dos ativos imobilizados da Companhia foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil até o fim das concessões. Esse fluxo de caixa foi realizado no nível da usina de Porto Primavera (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa. A metodologia de cálculo do impairment considera: (I) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para a usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão detida pela Companhia, incluindo o período de prorrogação; (II) Na UHE Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização; (III) Como a concessão da UHE Paraituba encorreu em 05 de maio de 2022, e atualmente a Companhia está operando a mesma em caráter temporário, essa usina não foi incluída no escopo dos testes de impairment do exercício de 2023. A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 7,81% a.a. pre-tax (7,27% a.a. pre-tax no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), considerada pela Administração da Companhia como razoável e de mercado para os ativos em questão; b) Premissas utilizadas no teste de impairment remanescente, o GSF (Generation Scaling Factor) e o preço de energia; b) Resultados do teste de impairment: Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil da respectiva usina. Como resultado foi constatado que não há impairment a ser reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022, houve reversão de provisão de impairment no montante de R\$ 230.924 no ativo imobilizado, com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", referente à UHE Porto Primavera).

12. Intangível: Software e licença de uso: As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Repactuação risco hidrológico: Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015. UBP - Uso do bem público: Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia elétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidas a valor presente à data de mercado de referência e emissão utilizadas no teste de impairment remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados. Direito de outorga: O Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera). A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão. 12.1 Composição e movimentação:

Consolidado
Software e licença de uso hidrológico: 31.223 (299.452) (27.195) 808.108 (81.817) (81.817) 177.053 (21.178) (162.963) 1.398.703 - - (293.153) (209.820) 2.419 2.417.506 (299.452) (293.153) 2.417.506 2.423.081 (209.820)

Consolidado
Software e licença de uso hidrológico: Custo 31.223 (299.452) (27.195) 808.108 (81.817) (81.817) 177.053 (21.178) (162.963) 1.398.703 - - (293.153) (209.820) 2.419 2.417.506 (299.452) (293.153) 2.417.506 2.423.081 (209.820)

Consolidado
Software e licença de uso hidrológico: Custo 31.223 (299.452) (27.195) 808.108 (81.817) (81.817) 177.053 (21.178) (162.963) 1.398.703 - - (293.153) (209.820) 2.419 2.417.506 (299.452) (293.153) 2.417.506 2.423.081 (209.820)

13. Fornecedores
Energia comprada para revenda: 10.028 61.582 9.315 19.729
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 20.1) 7.300 12.883 116 7.237
Encargos de uso da rede elétrica 22.877 22.484 22.877 22.484
Fornecedores de materiais e serviços 122.591 22.283 17.110 16.484
Fornecedores de serviços e serviços - partes relacionadas (Nota 20.1) 1.480 333 1.067 331

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
Política contábil: A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social de exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

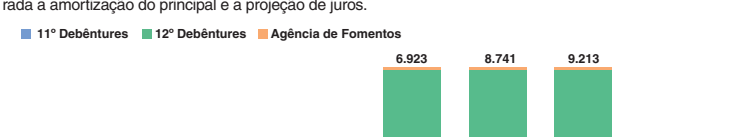
15.1 Composição:
Circulante: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Princípio Custos de captação Encargos Total Princípio Custos de captação Encargos Total

Encargos anuais médios: Princípio Custos de captação Encargos Total Princípio Custos de captação Encargos Total
Debêntures - 11ª emissão: 75.004 (483) 528 75.049 75.004 (483) 528 75.049
Debêntures - 12ª emissão: (5,014) 29.625 24.611 1.891.967 (28.414) - 1.863.553 1.888.164 1.743.621

Encargos anuais médios: Princípio Custos de captação Encargos Total Princípio Custos de captação Encargos Total
Debêntures - 11ª emissão: 75.004 (483) 528 75.049 75.004 (483) 528 75.049
Debêntures - 12ª emissão: (5,014) 29.625 24.611 1.891.967 (28.414) - 1.863.553 1.888.164 1.743.621

(i) No contrato de financiamento do BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85%, que será aplicado quando a parcela da dívida for liquidada até a data de seu respectivo vencimento. BNB - Banco do Nordeste, Cdi - Certificado de Depósito Interbancário, IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

15.2 Perfil de vencimento: O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.



15.3 Movimentação:
Consolidado: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 2.023.828 1.995.913 2.023.828 1.995.913
Captações: 342.208 - - - 312.744 - - -
Adição dos custos de captação: (32.174) - - - (32.174) - - -

15.4 Principais captações: Projeto Sol de Jaíba. Em setembro de 2022, quatro controladas pertencentes ao projeto Sol de Jaíba celebraram contratos de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB), no montante total de R\$ 300.000, para o financiamento do projeto das referidas controladas, ao custo de IPCA + 5,27% a.a., com vencimento em setembro de 2046 e amortizações mensais a partir de outubro de 2024.

16. UBP - Uso do bem público: Política contábil: De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 - ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a

CESSP - Companhia Energética de São Paulo - CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

Notas Explicativas

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecidos provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são reconhecidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. (i) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro: As regras e regulamentos de tributos diferidos variam em aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. Com base em avaliações técnicas, se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração contábil e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras. No exercício findo em 2023, a Companhia não identificou créditos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito. (b) Composição dos saldos de impostos diferidos: Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2023 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. As projeções, as quais levam em conta o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de geração de lucros tributários futuros esperados, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2023:

Consolidado e controladora: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Imposto de renda e contribuição social: Prejuízos fiscais e base negativa: 773.260 1.053.214 773.260 1.052.523
Provisão de impairment: 510.046 510.046 510.046 510.046
Provisão ativo regulatório: 275.685 275.685 275.685 275.685

(c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributários futuros esperados, juntamente com estratégias de planejamento tributário. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros esperados, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2023:

Consolidado: 2025 a 2024 2028 a 2027 2031 a 2030 2033 a 2032 2034 a 2033 2046 Total

Realização de diferido com efeito em resultado: Prejuízo fiscal e base negativa (69.808) 69.422 83.100 112.708 577.111 773.260

(d) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente: Consolidado e controladora: 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do exercício: 3.000.824 3.408.893 2.999.937 3.401.864
Eletos no resultado: 103.661 (101.045) 103.661 (101.045)

Saldo final do exercício: 2.698.782 3.000.824 2.698.570 2.999.937
Reconciliação da despesa: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social: 577.734 2.756.705 561.124 2.745.486

(i) Políticas contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

16.1 Composição e movimentação:
UBP (-) Ajuste a valor presente: 92.144 (5.590) 86.554 129.993
Realização do ajuste a valor presente: 2.624 (219) 2.405 3.400

16.2 Obrigações socioambientais: Política contábil: Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação ("LO") nº 121/2000 da UHE Porto Primavera, renovada em 2018, são relacionados à atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas às instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos, elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

16.3 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.4 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.5 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.6 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.7 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.8 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.9 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.10 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.11 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.12 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

16.13 Movimentação do passivo atuarial:
BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022
Saldo inicial do exercício: 92.144 (5.590) 86.554 129.993

Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33: O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

Metodologia de Cálculo: Utilizado o método atuarial Crédito Unitário
Metodologia de Definição do Ativo: Utilizado o Valor Justo dos Ativos que considera os ativos marcados à mercado.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto: Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2023

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuárias nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2023: Hipóteses: Taxa de desconto anual 9,03% a.a. (5,34% a.a. real)

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2023 da CESP, calculado com base no CPC 33 é de R\$1.633.085, enquanto o passivo atuarial estimado com base na metodologia PREVIC correspondente exclusivamente à parcela da patrocinadora CESP seria de R\$ 1.384.896. Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com o CPC 33 (RI)IAS 19: Com base na avaliação atuarial de mercado em 31 de dezembro de 2023, independente em 31 de dezembro de 2023, segundo os critérios determinados pelo CPC 33 (RI)IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios de planos - BD é como segue: Premissas atuariais:

Premissas: Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial: 9,03%, 9,03%, 9,03%

Quantidade de participantes: Nº de participantes ativos: 20 62 62 24 57 55

Fluxos de caixa projetados: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Valor justo dos ativos do plano de benefícios: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Passivos: Obrigações: (121.764) - (3.996) - (144) -

18.1 Conciliação dos ativos e passivos: Consolidado e controladora: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

18.2 Demonstração do passivo atuarial: Consolidado e controladora: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Saldo inicial do valor presente das obrigações: BSPS: 2023 2022 2023 2022 2023 2022

Política contábil: A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável. As provisões para as perdas continua-*



* continuação

classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível e não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos. A partir de 2022, como parte da evolução do processo ligado ao provisionamento das causas, a Companhia passou a efetuar a segregação dos saldos entre o circulante e o não circulante, tendo como base, essencialmente, a fase processual em que as causas estão (fase avançada de execução ou cumprimento de sentença). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

19.1 Composição e movimentação: Em 31 de dezembro de 2023, os litígios, nas suas diferentes naturezas, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

	Consolidado				
	2023	2022	2023	2022	2023
Saldo inicial do exercício	77.493	5.258	53.884	1.046.723	1.183.358
Atualizações (Nota 6)	5.639	384	5.096	34.758	45.877
Provisão/(reversão) (i)	7.968	1.538	2.024	(158.829)	(147.049)
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(57.538)	(99.071)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.021	865.114	983.115
Circulante	39.003	1.057	2.192	65.469	107.741
Não circulante	25.936	5.984	43.829	799.625	875.374
Saldo no final do exercício	64.939	7.041	46.021	865.114	983.115

(i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisões, conforme acordos homologados mencionados na Nota 12.1 (c). O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

19.2 Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis: A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível, para os quais não há provisão contabilizada, é demonstrada a seguir:

Principais ações	Consolidado	
	Perda possível 2023	2022
Cíveis		
Desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	792.331	786.832
Execução fiscal, processos administrativos e auto de infração.	456.377	478.655
Ambientais		
Medidas reparatórias de supostos danos ambientais cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	306.380	342.555
Trabalhistas		
Responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros.	39.249	34.680
	1.594.337	1.642.722

Independente do prognóstico em relação à probabilidade de perda nos processos, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira. A Administração da Companhia e suas controladas, em parceria com seus assessores legais, entendem não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

20. Partes relacionadas
Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas.

20.1 Composição:

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	41.367	25.594	-	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	-	19	-	-	342
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	-	8	-	-	200
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	268
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	30
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	158	-	-	-	2.130
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	125	-	-	-	1.685
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	323
	42.413	25.621	-	-	537.704

Fornecedores - compras de energia

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(13.406)
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(224)
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(1.283)
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(353)
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(2.078)
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(1.694)
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(161)
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(36.347)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(1.710)
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(47)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(139)
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(6)
Ventos de Santo Aldérico Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(52)
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(23.105)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(411)
Ventos de São Ciró Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(30.199)
	-	-	-	-	(109.505)

Fornecedores - serviços

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629

20.2 Composição:

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629

20.3 Composição:

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629

20.4 Composição:

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629

20.5 Composição:

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629

20.6 Composição:

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629

20.7 Composição:

	Consolidado				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Circulante	Circulante	Vendas	Custos e serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023
Empresas					
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços					
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629

CESP - Companhia Energética de São Paulo - CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

Notas Explicativas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empresas						
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	158	-	-	-	2.130	-
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	125	-	-	-	1.685	-
	32.973	59.544	-	-	404.199	635.832

Dividendos a receber

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
CESP Comercializadora de Energia S.A.	3.167	4.644	-	-	-	-
Jaiba V Holding S.A.	4.201	-	-	-	-	-
	7.368	4.644	-	-	-	-

Fornecedores - compras de energia

	Ativo		Passivo		Resultado	
--	-------	--	---------	--	-----------	--

★ continuação

CESP - Companhia Energética de São Paulo - CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e de passivos contingentes divulgados em notas explicativas requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos. Esse assunto foi considerado um dos Principais Assuntos de Auditoria, considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados e reconhecidos contabilmente pela administração. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos: • Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração e a existência dos processos da Companhia. • Avaliação da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. • Obtenção de confirmações de informações diretamente com os assessores jurídicos. • Revisão analítica das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências, durante o exercício. • Discussão dos assuntos mais relevantes com os Órgãos de Governança da Companhia. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e com as demais informações obtidas.

Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 14)

A Companhia e suas controladas apresentavam, em 31 de dezembro de 2023, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 2.698.782 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos. A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis. O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, da base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros. • Análise das principais premissas e testes sobre os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. • Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment) (Notas 11 e 12)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 7.190.453 mil e R\$ 1.766.225 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. A administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicativos de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de impairment desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados,

taxa de desconto, entre outras. Consideramos o teste de impairment dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment). • Análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis. • Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários. • Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de impairment, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação complementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador - CRC 1SP198156/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>